

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

CRISE SANITÁRIA E TRABALHO PROFISSIONAL: os impasses do trabalho do/a assistente social na saúde pública em tempos de pandemia

Hamida Assunção Pinheiro¹

Bárbara Cristina Lira da Silva²

Paulo Lira Silva Junior²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o trabalho profissional do/a assistente social na área da saúde, considerando o contexto de enfrentamento da crise sanitária da covid-19. Trata-se de uma revisão de literatura guiada pelo materialismo histórico-dialético. O texto evidencia a importância da política pública de saúde enquanto direito social, bem como as implicações da pandemia da covid-19 ao SUS e aos trabalhadores da área da saúde, em especial aos assistentes sociais. Os/as assistentes sociais, ainda que tenham trabalhado na linha de frente no combate ao vírus, como tantos outros profissionais da saúde, não estiveram isentos dos processos de precarização do trabalho.

Palavras-chave: trabalho; pandemia; covid-19; saúde pública; serviço social;

ABSTRACT

This article has the purpose to discuss the professional work of the social worker in the health area, considering the context of confrontation by the health crisis of covid-19. This is a bibliographic review guided by historical-dialectical materialism. The text highlights the importance of public health policy as an acquired social right in order to highlight the implications of the covid-19 pandemic for SUS and health workers, in this way it is intended to highlight the main challenges imposed on the public health system and social workers who work in this area. The work is also linked to the umbrella project entitled "Health in Times of Crisis": the directions of the SUS and the implications for the work of social workers", which is institutionalized at the Federal University of Amazonas (UFAM) and is encouraged by

¹Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia/ Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM); Professora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Pós-doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (2015) e Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (2006) pela UFAM; É Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ2) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: <hamida@ufam.edu.br>; hamida.assunção@gmail.com.br.

²Universidade Federal do Amazonas; estudantes de pós graduação; barbara.cristina.s2@gmail.com; plirasjunior@gmail.com;

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) through productivity research.

Keywords: Work; pandemic; covid-19; public health; social work;

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de discutir o trabalho profissional do/a assistente social na área da saúde, a partir do enfrentamento da crise sanitária da covid-19 vivenciada no Brasil desde o ano de 2020. As lutas travadas para controle da doença explicitaram a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto política pública de proteção social. Entretanto, a crise sanitária evidenciou a fragilidade do SUS mediante a crescente pressão por atendimento, levando o sistema ao colapso (PINHEIRO, BELLINI, 2020).

A pandemia da covid-19 ocorreu em meio a um cenário de crise cíclica do capital que já estava em curso desde meados de 2008, período em que se registra a queda na taxa de lucros, o que, conseqüentemente, tem contribuído para o agravamento e precarização das condições de vida da classe trabalhadora que, agora, se veem à mercê não apenas da exploração capitalista como também da exposição ao vírus.

Neste contexto, há forte pressão sobre os trabalhadores da saúde porquê devido a essencialidade do serviço, seu funcionamento não pôde ser interrompido em nenhum momento. Dentre a diversidade de profissionais atuantes, convém direcionarmos nosso olhar aos/as assistentes sociais que atuaram na linha de frente no combate à doença, para assim refletir e contribuir com a categoria profissional, considerando as vivências que foram registradas por profissionais atuantes na área da saúde.

O artigo está dividido em três partes, na primeira seção pretende-se problematizar a crise do capital e a crise sanitária no Brasil. Na segunda parte intenta-se elucidar os desafios postos ao sistema de saúde pública na pandemia e a

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

terceira seção será dedicada ao trabalho do assistente social na área da saúde diante da covid-19. Trata-se de uma revisão de literatura guiada pelo materialismo histórico-dialético, método este que permite capturar as particularidades da realidade do trabalho desempenhado pelos assistentes sociais, considerando sua totalidade e dinamicidade.

Este texto é fruto de reflexões em curso que estão sendo desenvolvidas pelos/as pesquisadores/as do Grupo ESTRADAS (Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia), decorrente do projeto de pesquisa guarda-chuva intitulado “Saúde em Tempos de Crise”: os rumos do SUS e as implicações para o trabalho dos assistentes sociais”, o qual está institucionalizado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e tem incentivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da pesquisa em produtividade.

2 CRISE DO CAPITAL E CRISE SANITÁRIA NO BRASIL

No dia 5 (cinco) de maio de 2023, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o fim da emergência mundial da pandemia de Covid-19, após 3 (três) longos anos de angústia, vidas ceifadas e um sentimento de completa desolação causado por um vírus desconhecido e aterrorizante. Nesse contexto de agravamento da saúde pública, a classe trabalhadora foi duramente afetada em suas condições de trabalho e de vida.

A pandemia da Covid-19 se gestou em um cenário em que o capitalismo vinha impondo estratégias ainda mais aviltantes de exploração do trabalho com vistas à retomada das taxas de lucro em queda desde 2008, momento em que se registrou a crise econômica iniciada nos Estados Unidos. De acordo com Alves (2020, p.50),

a crise iniciada em 2008 diz respeito a seus fundamentos materiais: a crise estrutural de lucratividade por conta da pressão histórica da composição

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



orgânica do capital. Na medida em que não existem perspectivas de lucratividade, reduz-se o investimento produtivo [...] e a massa de capital-dinheiro desloca-se para a esfera da especulação financeira.

O autor também acredita que a crise estrutural tem relação com a forma histórica que o capitalismo se organiza para o enfrentamento das crises provocadas pela sua própria lógica de acumulação que se baseia na sua expansão universal, buscando novos mercados e na busca de lucros ilimitados. Então, na medida em que se criam formas de enfrentamento de uma determinada crise, gestam-se também as condições de uma nova.

Entretanto, a crise de 2008 é continuação da crise de 1970, pois o capital não conseguiu a partir de então recuperar as taxas de lucro de antes, ao contrário, há uma queda tendencial destas e o não alcance do lucro ilimitado. Por esse motivo,

apesar do significativo aumento da taxa de exploração e o novo salto tecnológico da Quarta Revolução Industrial, a taxa de lucro não se recuperou de forma sustentável capaz de propiciar o desenvolvimento das economias capitalistas (ALVES, 2020, p. 50).

A estratégia de financeirização iniciada nos anos 1970 não resolveu os problemas da taxa de lucro. Com o deslocamento de massa exponencial de mais valia para a aplicação de juros, títulos e ações, a partir de suas dinâmicas tomaram um protagonismo desmedido na lógica do trabalho abstrato porque produzem valorização em cima da mais valia inicialmente investida. Ocorre que esta valorização sozinha não gera mais valia, uma vez que esta é gestada inicialmente na produção de mercadorias, seja de forma relativa ou absoluta (NETTO; BRAZ 2012). Por isso o aumento da exploração do trabalho é tão visível e aviltante na atualidade.

Os impactos na classe trabalhadora são: os esmagadores e crescentes índices de desemprego, aumento da exploração do trabalho diante do aumento da produtividade com a inserção tecno-científica na indústria, reprodução precária via terceirização, informalidade, rebaixamento dos salários, flexibilização das formas jurídicas de contratos trabalhistas, trabalho por aplicativo etc.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A pandemia de Covid-19, neste cenário, agravou e expôs as condições precarizadas de vida da classe trabalhadora que se vê à mercê da exploração capitalista e da exposição ao vírus. Diante dessa simultaneidade – de crise estrutural e pandemia – Antunes (2022, p.22) a designa de capitalismo pandêmico que, segundo o autor tem “claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver.”

No contexto brasileiro, o capitalismo pandêmico deixou a classe trabalhadora entre a cruz e a espada: proteger-se do vírus e passar necessidades materiais ou trabalhar para manter a reprodução material e se expor ainda mais ao vírus.

Em grande medida, essa conjuntura se deve ao aprofundamento do projeto neoliberal, que apesar de iniciado em 1990, tomou novos rumos a partir de 2016 com o governo Temer. A partir daquele ano se intensificaram as medidas de desregulamentação das leis trabalhistas.

O que se verifica a partir de então é a crescente taxa de desemprego que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 atingiu 12,2 milhões, sendo que 32,9 milhões de trabalhadores foram inseridos na informalidade. (ANTUNES, 2022)

Além disso, a política de ajuste fiscal aprovada durante o governo Temer, conhecida como Emenda Constitucional no. 95 prevê um teto para gastos com políticas sociais por vinte anos, sem reajuste acima da inflação. Esse mecanismo, limitou o investimento na política de saúde, além de aumentar a porcentagem de 25 para 30% da Desvinculação da Receita da União até 2023, para garantir o *Superávit* como garantia de redução de impostos dos mais ricos, a desoneração de impostos de empresas com vistas a garantir acumulação de capital, além de atrair a atenção de rentistas do mercado financeiro pela valorização de juros, títulos e pagamentos da dívida pública (SALVADOR, 2020).

Como resultado do projeto de dominação classista neoliberal de ajuste fiscal, temos o desmonte das políticas sociais via desvio do fundo público para a garantia

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



da manutenção das taxas de lucro em detrimento do desfinanciamento das políticas sociais, como no caso da saúde pública e a sua descaracterização enquanto direito universal, criando condições para sua privatização e limitando o acesso da classe trabalhadora (HARVEY, 2011).

Este processo provoca na saúde pública uma dualidade de projetos antagônicos, em que um defende a saúde como direito universal, vinculado ao movimento de reforma sanitária e o outro que a defende como serviço privado, vinculado ao mercado de seguros de saúde, farmacêuticos etc. (BRAVO 2007).

A novidade é que ele se apresenta pós-crise 2008-2009 de forma mais agressiva, radicalizando o debate público e, por vezes, o cerceando em nome da recuperação do crescimento econômico brasileiro atacando direitos sociais e políticas públicas de caráter universal, através de constantes reduções e privatizações.

A continuidade desse projeto será ainda mais desastrosa pois, a pandemia adentra em solo brasileiro e encontra uma extrema-direita que leva muito a sério a radicalização neoliberal. É neste contexto que a vitória do então presidente Bolsonaro em 2018 representa a continuidade do projeto neoliberal e a derrota da classe trabalhadora, principalmente na pandemia, pois sua política de recuperação econômica é também “um enorme desprezo pela vida dos trabalhadores assalariados, as maiores vítimas da pandemia” (ANTUNES 2022, p.43).

As inúmeras tentativas de desqualificar as medidas de biossegurança, como a insistência de desqualificar o isolamento social privilegiando a economia em vez da vida dos trabalhadores com o discurso de que se não houvesse retorno das atividades econômicas, a crise recrudesceria a níveis ainda mais agressivos. O resultado todos sabem: mais de 600 mil trabalhadoras/es tiveram suas lutas e seus sonhos interrompidos em nome de uma política genocida.

Todo esse processo, de acordo com Antunes (2022, p.43) se evidencia na constatação que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Vivemos um capitalismo acentuadamente destrutivo, responsável por uma corrosão ilimitada dos direitos sociais do trabalho, e cujo resultado é uma massa imensa de indivíduos sem trabalho, sem salário, sem previdência e sem sistema de saúde abrangente.

A crise estrutural produziu um imenso contingente de desempregados e de ocupações laborais cada vez mais precarizadas diante do aumento da exploração do trabalho. Com a pandemia, todo esse processo já em curso se agravou.

O que resta, é capturar e compreender, de fato, quais foram os reais impactos que agravaram ainda mais a crise estrutural que, antes de sua relação com a crise sanitária já continha traços aviltantes, afetando as formas de ser, de estar, ver o mundo da classe trabalhadora. Agora, além de econômica, temos uma crise humanitária que nos desafia dia a dia.

3 A CRISE SANITÁRIA E OS DESAFIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA

A pandemia da Covid-19 ocorreu em meio à conjuntura de precarização da saúde pública que está em curso na realidade brasileira desde a ascensão do neoliberalismo nos idos da década de 1990. Portanto, para compreender a relação entre saúde e crise sanitária é necessário destacar que a política de saúde reflete a expansão do neoliberalismo através do processo de precarização e sucateamento do Sistema Único de Saúde. (SILVA, et al, 2023).

No contexto político brasileiro, as reformas ocorridas para adequação ao modelo neoliberal configuram-se como canais para realizar a cessão de recursos ao capital financeiro e tornar as políticas de proteção social subfinanciadas.

No que se refere à saúde, é possível afirmar que era reconhecida como uma das políticas mais bem desenvolvidas, entretanto, sofreu a partir da ascensão neoliberal diversas inflexões em seu financiamento, vinculando-se cada vez mais ao mercado e enfraquecendo-se, portanto, o reconhecimento desta enquanto direito social (BRAVO, 2009).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Bellini e Pinheiro (2021) afirmam que as condições fragilizadas do SUS acompanham todo seu processo de desenvolvimento e implementação, desde a década de 1990. Nesse trajeto emergem projetos distintos na saúde pública brasileira: SUS constitucional, SUS flexibilizado e SUS mercantilizado (com maior ênfase na privatização do sistema).

Neste sentido, Bravo (2009, p. 101) compreende que “a proposta de Reforma do Estado para o setor saúde, ou contrarreforma, era de dividir o SUS em dois – o hospitalar e o básico”. Assim, resta evidente que a saúde teve de articular-se ao mercado.

O protagonismo desempenhado pelos movimentos sociais em meados da década de 1970 foi crucial para que o processo de redemocratização na década seguinte trouxesse avanços significativos no reconhecimento de direitos sociais e a consequente responsabilidade Estatal em prover políticas públicas. A partir desta conjuntura, fruto da insatisfação popular mediante o trato à saúde, a união de profissionais da área, estudantes, sanitaristas entre outros, constituiu-se o Movimento de Reforma Sanitária com objetivo de politização e democratização da saúde, fato conquistado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. (BRAVO, 2009).

Com a Constituição, a saúde passa a ser reconhecida como “direito social e dever do Estado” através do artigo 196. Entretanto, devido à dificuldade de direcionamento de recursos, foi necessária a criação das leis 8.080/1990 e 8.142/90, que dispõem respectivamente sobre o funcionamento do sistema e a participação da comunidade em sua gestão.

Como forma de assegurar o financiamento da política de saúde foi necessária a aprovação da EC nº 29/2000, regulamentada tardiamente pela Lei Complementar nº 141/2012, a qual regulamenta os percentuais mínimos que devem ser direcionados às ações e serviços de Saúde, seja através de aplicações da União ou os impostos coletados pelos Estados, Distrito Federal e Município. Desta maneira,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

são estabelecidos critérios de rateio dos recursos e normas de fiscalização e controle das despesas com saúde em todas as esferas.

Considerando a conjuntura pandêmica e seu impacto na política de saúde, não podemos deixar de dar destaque nesse quesito à Emenda Constitucional (EC) nº. 95/2016, a qual estabeleceu um limite para os gastos públicos primários por um período de 20 anos. Essa medida tem resultado na redução expressiva de investimentos em áreas prioritárias, como, por exemplo, a saúde, a educação, a assistência social, entre outras.

Outro ponto é que o governo de Michel Temer atuou com constantes ataques à classe trabalhadora através das contrarreformas arquitetadas em seu mandato, e na saúde, o discurso de insustentabilidade do sistema se fortaleceu diante do forte ideal de privatização difundido como solução para contenção de gastos.

Desta maneira, a EC nº. 95/2016 configura-se como uma importante vitória das forças conservadoras sobre os direitos dos trabalhadores. Como consequência, as políticas sociais – que necessitam de profissionais para o seu funcionamento e, dentre eles, do assistente social – estão sendo sucateadas, tornando mais deficitário o acesso à população usuária.

De acordo com Salvador (2020, p. 5) “no período de 2016 a 2019, a função orçamentária da saúde apresenta uma insignificante evolução de 0,39%, saindo de R\$ 118,63 bilhões, em 2016, para R\$ 119,10 bilhões, em valores pagos em 2019”. O investimento mínimo no período anterior à pandemia deixa claro a implosão desta política pública.

O resultado dos vários anos de desfinanciamento desta política pública ocasionou o colapso do SUS, devido à pressão sobre os hospitais, ambulatórios e unidades básicas de saúde refletindo não apenas nos usuários que necessitaram de atendimento, mas também sobre os trabalhadores que prestam os serviços ofertados nas unidades de saúde (BELLINI; PINHEIRO, 2021).

4 O TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE EM MEIO À EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



As transformações ocorridas no decorrer da história da saúde pública brasileira acabaram por demandar a inclusão de novos profissionais no bojo do trabalho da equipe multidisciplinar em saúde, e neste sentido, o serviço social passou a compor esta equipe e ser reconhecido como profissional de saúde desde a década de 1990, com a resolução no. 218 de 6 de março de 1997.

A história de luta profissional no contexto das políticas sociais e de saúde é permeada por múltiplas e contraditórias dimensões, trata-se de um processo heterogêneo de reprodução das relações sociais que se modifica a todo o momento. No contexto de crise sanitária da pandemia da covid-19 não fora diferente, visto que a crise acentua “exponencialmente seus traços sistêmicos em curso, articulando em uma totalidade contraditória suas dimensões econômica, política, social e sanitária” (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 138).

A conjuntura pandêmica enfatizou o processo de precarização do trabalho que ocorre desde a crise do modelo keynesiano-fordista vivenciada na década de 1970 (HARVEY, 2011). Entretanto, tratando-se do serviço social na área da saúde, Raichelis e Arregui (2021) destacam que, com a pandemia o trabalho deste profissional foi exposto a modificações que transferem inúmeras responsabilidades aos trabalhadores e proporciona espaços de trabalho inapropriados que acabam por afetar a credibilidade profissional.

A crise sanitária evidenciou o alto índice de contratação de profissionais em condições precárias, ausência e revezamento de equipamentos de proteção, extensas horas de trabalho, baixos salários e imposição de demandas que não competem a este profissional (SOARES; CORREIA; SANTOS, 2020). Além disto, algumas características comuns da precarização de vínculos de trabalho acarretada aos assistentes sociais foram:

processos seletivos (análise de currículo e/ou entrevistas) ou por indicação, acarretando: ausência de estabilidade no local de trabalho, constante rotatividade e eliminação de concursos públicos para a área da saúde que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

seria a via mais democrática de acesso e permanência ao/no serviço público. (MATHIS; RODRIGUES; BRAGA, 2020, p.148).

Para Silva et al (2023), ficou comprovada a precarização das condições de trabalho e a responsabilização dos profissionais de serviço social em garantir sua própria proteção para prevenção da doença. As referidas autoras apresentam nos relatos de profissionais da área da saúde em situações que exemplificam todas as questões anteriormente colocadas.

Diante das questões colocadas à categoria profissional, Matos (2020) acredita que estas suscitam a emergência do diálogo para, enquanto profissionais, entendermos e reafirmarmos os limites das competências profissionais e atribuições privativas do serviço social e assim, projetar a intervenção profissional alinhada ao que orientam as normativas da profissão.

Cabe também entendermos que estes desdobramentos são consequência da lógica destrutiva que se encontra em curso desde a ascensão do modelo neoliberal de acumulação capitalista que passa a atuar como um sistema normativo (DARDOT, LAVAL, 2016).

Para Bellini e Pinheiro (2021), “é, acima de tudo, um processo contrarrevolucionário que atua em favor do mercado, no qual o Estado traz uma série de medidas com claro interesse no desfinanciamento e na privatização das políticas ligadas à proteção social”. Portanto, a racionalidade neoliberal ataca as políticas de proteção social, enfraquecendo os direitos da classe trabalhadora e apropriando-se da riqueza socialmente produzida, compartilhando-a apenas com aqueles que detêm poder aquisitivo. Os ataques cumulativos à política de saúde são reflexo disto.

Assim, no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, o desfinanciamento das políticas de proteção social tem colocado limites cada vez maiores, como também tem piorado as condições, as relações e os ambientes de trabalho. Além disto, a pandemia da covid-19 tornou a precarizaçãodo SUS ainda maior e, com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



isso, os desafios para atuação destes profissionais na área saúde também se multiplicaram (BELLINI; PINHEIRO, 2021).

4 CONCLUSÃO

O contexto de crise sanitária causada pela pandemia da covid-19 expôs de forma agressiva elementos de precarização do trabalho que já estavam ocorrendo nos anos anteriores. Na área da saúde, restou evidente que todos os trabalhadores, inclusive os/as assistentes sociais sofreram com a deterioração das condições de trabalho ofertadas em meio a um sistema de saúde sucateado, chegando muitas vezes, a arriscar suas vidas devido à ausência de equipamentos de proteção.

Neste contexto, a pandemia da Covid-19 expôs a face mais cruel do capitalismo a partir de suas crises cíclicas, pois explicitou com vigor os processos de precarização vivenciado pela classe trabalhadora, os quais afetam não apenas seus espaços de trabalho, mas também as políticas de proteção social, que se mostraram insuficientes para conter os desdobramentos da doença.

Outro ponto importante é que os retrocessos na política de saúde datam desde a década de 1990, e estão circunscritos juntamente dos acontecimentos políticos a nível mundial e local. Desde lá se percebe a forte influência do neoliberalismo na gestão das políticas públicas, conseqüentemente, os governos brasileiros consecutivos têm atuado com vistas a atender este ideário, o que tem refletido em constantes ataques e retrocessos nos direitos da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. A crise estrutural do capitalismo global: o capital diante de seus limites no século XXI. In SOUZA, A. A. S.; et al. **Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo**. 1. Ed. Eletrônica. Uberlândia, Minas Gerais: Navegando, 2020.

ANTUNES, R. **Capitalismo pandêmico**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BELLINI, M. I. B; PINHEIRO, H. A. Crise sanitária e compromisso ético-político do assistente social: dilemas do trabalho profissional na saúde pública em tempos de pandemia da covid-19. In: **Serviço Social e Saúde Pública em tempos sombrios: (in)certezas no presente e perspectivas para o futuro**, BELLINI, M. I. B; PINHEIRO, H. A. (orgs.). Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021.

BRAVO, M. I. S. **Política Social e Democracia**. 3 ed. Cortez; São Paulo, 2007.

BRAVO, M. I. S. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. Et al (orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS; OMS; Ministério da Saúde, 2009.

DARDOT, P. LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade liberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATOS, M. **A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde**. RJ, abr. 2020. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Artigo-A-pandemia-do-coronavirus-COVID-19-e-o-trabalho-de-assistentes-sociais-na-saude-2.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2023.

MATHIS, A. A. RODRIGUES, J. F. BRAGA, C. S. C. O trabalho do assistente social nas organizações sociais de saúde (OSS) em tempos de covid-19 – Belém – PA. In: PINHEIRO, H. A; CUNHA, M. G. N. et al (Org.) **Serviço Social e os dilemas da saúde em tempos de pandemia**. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2020.

NETTO, J. P. BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C, C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.242>. Acesso em: 14 mai. 2023.

SOARES, R. C.; CORREIA, M. V. C.; SANTOS, V. M. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, no. 140, p. 118-133, abril, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.241>. Acesso em: 14 ago. 2022.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. In: **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul.-dez. 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



SILVA, B. M; FÉLIX, B. R. C; ANDRADE, M. C; SILVA FILHO, W. M. A. A precarização do trabalho das assistentes sociais no âmbito hospitalar durante a pandemia de covid-19. In: **Ser. Soc. Per.**, Montes Claros (MG), vol 7, n 1, p. 88-109, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.46551/rssp202305>. Acesso em: 14 mai. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

